

Relatório de Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2018 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul Litorâneo em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2018, o Sicoob Sul Litorâneo completou 29 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		Variação
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	23.722	18.553	27,86
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.240	9.972	-47,45
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.574	1.713	-8,11
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	10.486	8.144	28,76
Receitas com Ato Não Cooperativo	4.292	3.344	28,35
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	23.555	20.679	13,91
Despesas Tributárias	622	529	17,58
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	3.199	2.614	22,38
Ingressos de Depósitos Interooperativos	11.406	14.777	- 22,81
Juros ao Capital	2.881	3.903	- 26
Sobras Brutas do Exercício	18.434	12.326	49,55

Contribuíram para compor a Sobra do exercício de 2018:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 28,76%, o resultado da intermediação financeira aumentou 27,86% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 28,35% em relação ao mesmo período de 2017.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal, administrativas e outras operacionais, em relação ao mesmo período de 2017, foi de 13,91%.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 44,52%. 5,13% maior comparado com o exercício de 2017.

A sobra bruta em 31/12/2018 da Cooperativa cresceu 49,55% se comparado com o mesmo exercício de 2017.

2.2) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		Variação
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Ativos Totais	372.515	307.146	21,28
Centralização Financeira	196.307	152.608	28,63
Carteira de Crédito	168.428	150.323	12,04
Depósitos	286.240	211.230	35,51
Patrimônio Líquido	86.275	69.939	23,36
Patrimônio de Referência (PR)	78.498	69.904	12,29

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2018:

O total de ativos atingiu R\$ 372.515 mil ao final do exercício de 2018, com crescimento de 21,28% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiu em 31/12/2018 o saldo de R\$196.307 tendo assim um crescimento no mesmo período em 2017 de 28,63%.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 168.428 mil, com crescimento de 12,04% em relação a 31 de dezembro de 2017.

Os depósitos obtiveram um aumento de 35,51% considerando o mesmo período de 2017, atingindo no final do exercício de 2018 o montante de R\$286.240 mil.

O patrimônio líquido cresceu 23,36% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 86.275 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	31/12/2018						31/12/2017		Em Milhares R\$	
	PF			PJ			Total	Valor total	% Total	Variação
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total				
Crédito Rural	12.781	890	13.671	12.571	383	12.954	717	5,53%		
Empréstimos	27.299	100.522	127.821	28.841	83.635	112.476	15.345	13,64%		
Títulos descontados	5.483	14.868	20.351	5.216	14.019	19.235	1.116	5,80%		
Conta Corrente	2.869	3.716	6.585	2.360	3.298	5.658	927	16,38%		
Total	48.432	119.996	168.428	48.988	101.335	150.323	18.105	12,04%		

Contávamos com 90 colaboradores no final do exercício de 2018. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 8.920 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No final de dezembro de 2018, houve uma concentração de 84,66% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regulamentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional

Balço Patrimonial (em 31/12/2018 e de 2017 - em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		304.445	243.913
Disponibilidades	3. (u)	2.029	1.453
Títulos e Valores Mobiliários	4	403	246
Carteira Própria		403	246
Relações Interfinanceiras	5	196.307	152.608
Centralização Financeira - Cooperativas	3. (u)	196.307	152.608
Operações de Crédito	6	99.534	87.380
Empréstimos e Títulos Descontados		97.515	84.405
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		9.291	9.434
(-) Provisão para Operações de Crédito		(7.272)	(6.459)
Outros Créditos	7	2.431	2.048
Crédito por Avais e Fianças Honradas		767	574
Rendas a Receber		1.314	1.171
Diversos		908	677
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq Duvidosa	7. (b)	(558)	(374)
Outros Valores e Bens	8	3.741	178
Outros Valores e Bens		3.506	228
(-) Provisão para Desvalorizações		(80)	(80)
Despesas Antecipadas		315	30
Não Circulante		68.070	63.233
Realizável a Longo Prazo		56.173	52.395
Títulos e Valores Mobiliários	4	188	1.150
Carteira Própria		188	1.150
Operações de Crédito	6	54.936	50.228
Empréstimos e Títulos Descontados		57.242	52.964
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		4.380	3.520
(-) Provisão para Operações de Crédito		(6.686)	(6.256)
Outros Créditos	7. (a)	1.049	1.017
Diversos	27	1.049	1.017
Permanente		11.897	10.838
Investimentos	9	10.231	8.827
Participação em Cooperativa Central de Credito		5.252	4.407
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		4.979	4.420
Imobilizado de Uso	10	1.600	1.933
Outras Imobilizações de Uso		4.904	4.732
(-) Depreciações Acumuladas		(3.304)	(2.799)
Intangível	10.1	66	78
Ativos Intangíveis		358	327
(-) Amortização Acumulada		(292)	(249)
TOTAL		372.515	307.146

PASSIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		276.557	230.277
Depósitos	11	255.575	211.199
Depósito à Vista		63.510	43.196
Depósito Sob Aviso		1.469	1.444
Depósito a Prazo		190.596	166.559
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	11.1	218	-
Obrig. por Emissão Letras Credito Agronegocio		218	-
Relações Interfinanceiras	12	8.134	7.343
Repasse Interfinanceiros		8.134	7.343
Correspondentes		-	-
Relações Interdependências	13	1.417	1.427
Recursos em Trânsito de Terceiros	15	1.417	1.427
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	12.1	2.174	2.174
Empréstimo no País - Outras Instituições		2.174	2.174
Outras Obrigações		9.039	8.134
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	14.1	43	50
Sociais e Estatutárias	14.2	4.167	4.607
Fiscais e Previdenciárias	14.3	443	451
Diversas	14.4	4.386	3.026
Não Circulante		9.683	6.930
Exigível a Longo Prazo		-	31
Depósitos	11	-	31
Depósito a Prazo		-	31
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	11.1	3.045	301
Obrig. por Emissão Letras Credito Agronegocio		3.045	301
Relações Interfinanceiras	12	5.568	5.551
Repasse Interfinanceiros		5.568	5.551
Outras Obrigações	27	1.070	1.047
Diversas		1.070	1.047
Patrimônio Líquido	18	86.275	69.939
Capital Social	18.a	47.831	42.657
De Domiciliados no País		48.282	43.035
(-) Capital a Realizar		(451)	(378)
Reserva de Sobras	18.b	32.511	22.759
Sobras Acumuladas		5.933	4.523
TOTAL		372.515	307.146

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2018, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 38 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 23 foram classificadas procedentes e com exceção de uma ocorrência, todas as demais foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Alfredo Chaves – ES, 18 de janeiro de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Demonstrações de Sobras ou Perdas

(em 31/12/2018 e de 2017 - em milhares de R\$)

	Nota	2º S. 2018	31/12/2018	31/12/2017
Ingressos da Intermediação Financeira	19.1	18.878	36.088	35.316
Operações de Crédito		18.853	36.029	35.106
Result. de Oper. com Tit. e Val. Mobil. e Instr. Financ.	4.2	25	59	210
Dispêndios da Intermediação Financeira	20.1	(8.789)	(17.606)	(26.735)
Operações de Captação no Mercado	11. (b)	(5.974)	(11.535)	(15.670)
Operações de Empréstimos, Cessão e Repasses	12.2	(429)	(831)	(1.093)
Provisão para Operações de Créditos		(2.386)	(5.240)	(9.972)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		10.089	18.482	8.581
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Oper.		350	885	4.295
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		2.925	5.842	4.568
Rendas (Ingressos) de Tarifas		2.528	4.644	3.576
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(4.529)	(8.200)	(8.713)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		(5.830)	(11.546)	(10.463)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(323)	(622)	(529)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	5.1	5.880	11.406	14.777
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	19	1.378	3.170	2.582
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	20	(1.679)	(3.089)	(1.503)
Resultado Operacional		10.439	19.367	12.876
Resultado Não Operacional	21	20	29	32
Resultado Antes da Tributação e Participações		10.459	19.396	12.908
Participações nos Resultados de Empregados		(485)	(962)	(582)
Sobras / Perdas antes das Destinações		9.974	18.434	12.326
Destinações legais e Estatutárias		-	(9.620)	(3.900)
F.A.T.E.S.		-	(1.102)	(611)
Reserva Legal		-	(8.366)	(3.289)
Fundo de Investimento Social - FIS		-	(152)	-
Resultado antes do Juros ao Capital		9.974	8.814	8.426
Juros ao Capital	18	-	(2.881)	(3.903)
Sobras / Perdas Líquidas		9.974	5.933	4.523

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(em 31

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(em 31/12/2018 e de 2017 - em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º S. 2018	31/12/2018	31/12/2017
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exerc. Antes da Tribut. e Partic.	10.459	19.396	12.908
Participações nos Resultados de Empregados	(485)	(962)	(582)
Depreciações e Amortizações	269	560	617
Provisão de Juros ao Capital	(1.487)	(2.881)	(3.903)
Provisão para perda com operações de crédito	2.386	5.240	9.972
Result. de partic. de coligadas e controladas e Dist. de Sobras	-	(549)	(513)
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	3	3	3
	11.145	20.807	18.502
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	327	804	2.173
Operações de Crédito	(16.514)	(22.102)	(24.604)
Outros Créditos	364	(414)	328
Outros Valores e Bens	(3.267)	(3.563)	158
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	8.798	20.314	9.195
Depósitos sob Aviso	(3)	25	91
Depósitos a Prazo	10.141	24.005	24.638
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	2.268	2.962	301
Outras Obrigações	(230)	930	1.673
Relações Interfinanceiras	(303)	808	(2.769)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(2.176)
Relações Interdependências	1.414	(11)	510
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	14.140	44.565	28.020
Atividades de Investimentos			
Recebimento Dividendos	-	549	513
Aplicação no Intangível	(31)	(31)	(13)
Inversões em Imobilizado de Uso	(125)	(187)	(490)
Inversões em Investimentos	(845)	(1.404)	(695)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.001)	(1.073)	(685)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.765	2.863	2.042
Devolução de Capital à Cooperados	(2.107)	(3.111)	(2.881)
Cancelamento de Capital (-)	(47)	(85)	(29)
Destinação de Sobras Exerc. Anterior Cotas de Cap à Pagar	-	(26)	(19)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(341)	(341)	(200)
FATES Sobras Exercício	(761)	(761)	(411)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	(65)	(65)	(103)
Subscrição do Juros ao Capital	2.881	2.881	3.903
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(552)	(552)	(742)
IRRF sobre Juros ao Capital	(20)	(20)	(46)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	753	783	1.514
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	13.892	44.275	28.849
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	184.444	154.061	125.212
No Fim do Período - nota 3.(u)	198.336	198.336	154.061
Varição Líquida das Disponibilidades	13.892	44.275	28.849

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas (em 31/12/2018 e de 2017 - em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL - LITORÂNEO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 28 de outubro de 1989, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL - LITORÂNEO possui 10 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: ALCHEDO CHAVES-ES, ICONHA - ES, PIÚMA - ES, GUARAPARI - ES, ANCHIETA - ES, ITAPEMIRIM - ES, VIANA - ES.

O SICOOB SUL - LITORÂNEO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistêmica e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 18/01/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem

Notas Explicativas (em 31/12/2018 e de 2017 - em milhares de R\$)

apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2018.

u) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	2.029	1.453
Relações interfinanceiras - centralização financeira	196.307	152.608
TOTAL	198.336	154.061

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa – Circulante	403	246
Título De Renda Fixa – Não Circulante	188	1150
TOTAL	591	1.396

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

4.1 Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. e Instr. Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rdc - pós-fixado	59	210
TOTAL	59	210

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	196.307	152.608
TOTAL	196.307	152.608

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

5.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2018 no montante de R\$ 11.406 mil (31/12/2017 – R\$ 14.777 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos".

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018		31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	
Adiantamento a Depositante	366	-	366
Empréstimos	70.646	49.412	120.058
Títulos Descontados	20.351	-	20.351
Financiamentos	6.152	7.830	13.982
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	9.291	4.380	13.671
Total das Operações de Crédito	106.806	61.622	168.428
(-) Provisões para Operações de Crédito	-7.272	-6.686	-13.958
TOTAL	99.534	54.936	154.470

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Emprést. / TD	A.D / Cheque Esp. / Conta Garant.	Financ.	Financ. Rurais	Total 31/12 2018	Prov. 31/12 2018	Total 31/12 2017	Prov. 31/12 2017	
									AA -
A 0.5%	Norm.	23.750	126	2.740	1.887	28.503	-143	19.524	-98
B 1%	Norm.	47.343	1.737	4.645	8.740	62.465	-625	66.700	-667
B 1%	Venc.	388	7	17	0	412	-4	1.463	-15
C 3%	Norm.	37.431	2.625	4.623	2.340	47.019	-1.411	35.723	-1.072
C 3%	Venc.	308	89	24	0	421	-13	1.174	-35
D 10%	Norm.	4.629	832	1.017	333	6.811	-681	2.635	-264
D 10%	Venc.	940	136	19	78	1.173	-117	803	-80
E 30%	Norm.	4.885	308	338	132	5.663	-1.699	6.528	-1.958
E 30%	Venc.	2.367	77	152	-	2.596	-779	4.703	-1.411
F 50%	Norm.	816	55	29	-	900	-450	2.863	-1.431
F 50%	Venc.	654	96	33	-	783	-392	3.382	-1.691
G 70%	Norm.	282	44	21	33	380	-266	299	-209
G 70%	Venc.	401	52	30	-	483	-337	296	-207
H 100%	Norm.	4.321	46	14	60	4.441	-4.440	1.432	-1.432
H 100%	Venc.	2.049	355	130	68	2.602	-2.601	2.145	-2.145
Total Normal		127.083	5.773	13.577	13.525	159.958	-9.715	136.357	-7.131
Total Vencidos		7.107	812	405	146	8.470	-4.243	13.966	-5.584
Total Geral		134.190	6.585	13.982	13.671	16			

Notas Explicativas (em 31/12/2018 e de 2017 - em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	12.815	12.519
Constituições	4.955	9.914
Transferência para prejuízo	(3.812)	(9.718)
TOTAL	13.958	12.815

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maiores Devedor	7.049	4,00%	7.139	5,00%
10 Maiores Devedores	37.262	22,00%	33.597	22,00%
50 Maiores Devedores	67.376	40,00%	62.078	41,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	17.175	9.212
Valor das operações transferidas no período	3.812	9.718
Valor das operações recuperadas no período	(1.574)	(1.713)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(62)	(42)
TOTAL	19.351	17.175

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honorados	767	574
Rendas a Receber	1.314	1.171
Serviços de convênios a receber	264	213
Renda da Centralização Financeira a receber	944	848
Outras Rendas a Receber	106	110
Diversos	1.957	1.694
Adiantamento e Antecipações salariais	27	25
Adiantamentos para pagamentos de Nossa Conta	-	23
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	16	-
Devedores por Compra de Valores e Bens	-	93
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	1.049	1.017
Impostos e Contribuições a Compensar	290	281
Pagamentos a Recessar	242	2
Títulos e Crédito a Receber	277	205
Devedores Diversos - País	56	48
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	-558	-374
TOTAL	3.480	3.065

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 166 mil), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 875 mil) e Outros (R\$ 8 mil). Classificados no ativo Não Circulante e melhor detalhado na nota 27.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	3.502	150
Material em Estoque	4	78
(Provisões para Desvalorizações) (b)	-80	-80
Despesas Antecipadas (c)	315	30
TOTAL	3.741	178

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	5.252	4.407
Participações inst financ controlada coop crédito	4.979	4.420
TOTAL	10.231	8.827

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Deprec.
Instalações	1.957	1.958	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-1.342	-1.091	
Móveis e equipamentos de Uso	1.118	1.093	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equip. de Uso	-672	-598	
Sistema de Comunicação	104	79	20%
Sistema de Processamento de Dados	1.190	1.069	10%
Sistema de Segurança	436	434	10%
Sistema de Transporte	99	99	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-1.290	-1.110	
TOTAL	1.600	1.933	

10. 1 Intangíveis

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Deprec.
Software e Direito de Uso	358	327	10-20%
(-) Amort. Acumulada De Software e Direitos de Uso	-292	-249	
TOTAL	66	78	

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil,

pelos despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	63.510	43.196
Depósito Sob Aviso	1.469	1.444
Depósito a Prazo	190.596	166.590
TOTAL	255.575	211.230

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maiores Depositante	10.660	4,00%	9.126	4,00%
10 Maiores Depositantes	47.192	19,00%	42.388	20,00%
50 Maiores Depositantes	82.243	32,00%	71.628	34,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-90	-131
Despesas de Depósitos a Prazo	-11.009	-15.232
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-81	-1
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-355	-306
TOTAL	-11.535	-15.670

11.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2018		31/12/2017
	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio	218	3.045	301
TOTAL	218	3.045	301

12. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central	Diversos	Diversos	104	104	305
Recursos do Bancoob	Diversos	Diversos	8.030	5.464	12.589
TOTAL			8.134	5.568	12.894

12. 1 Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central - Rotativo	Diversos	Diversos	2.174	-	2.174
TOTAL			2.174	-	2.174

12.2 As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2018 o montante de R\$ 831 mil (31/12/2017 – R\$ 1.093 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento (a)	1.415	1.427
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	2	-
TOTAL	1.417	1.427

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

14. Outras Obrigações
14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Operações De Crédito - Iof	42	50
Operações Com Títulos E Valores Mobiliários	1	-
TOTAL	43	50

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido.

14.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Participações nos Lucros	528	308
Resultado de Atos com Associados (a)	1.656	1.704
Resultado de Atos com Não Associados (a)	341	458
Gratificações e Participações a Pagar	143	122
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.499	2.015
TOTAL	4.167	4.607

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	443	451
TOTAL	443	451

14.4 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	262	-
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	1.304	1.033
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.023	925
Despesa de Pessoal	612	518
Água/Energia/Gás	13	12
Aluguéis	47	30
Comunicações	24	27
Propaganda e Publicidade	-	8
Promoções E Relações Públicas	7	-
Segurança e Vigilância	-	11
Manutenção e Conservação de Bens	3	1
Transporte	41	35
Plano de Saúde	2	46
Seguro	10	-
Compensado	35	49
Seguros a Recolher	2	2
Seguros Prestamista	104	86
Provisão de Cartões a Pagar	77	69
Outras Despesas Administrativas	46	31
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	759	473
Credores Diversos - País	1.038	595
Diferença de Caixa	5	11
Pagamento a Processar	3	-
Pendência a Regularizar Bancoob	545	111
Cooperativa Central	159	128
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	10	21
Taxas De Gravames A Repassar	-	4
Outros	11	-
Cheques Depositados	297	312
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	8	8
TOTAL	4.386	3.026

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 23.771 mil (R\$ 18.701 mil em **31/12/2017**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB SUL-LITORÂNEO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido
a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	47.831	42.657
Associados	19.010	16.337

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, em 2017 o percentual era de 40%.

c) Reserva Estatutária

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2018, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, parte para o Fundo de Reserva, no valor de R\$ 1.234 e o restante para o aumento do capital social no valor de R\$ 3.289.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	15.553	8.423
Lucro líquido decorrente de atos não-coop. apropriado ao FATES	(341)	(200)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	15.212	8.223
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(8.366)	(3.289)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(761)	(411)
Fundo de Investimento Social – 1%	(152)	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	5.933	4.523

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	4.292	3.

Notas Explicativas (em 31/12/2018 e de 2017 - em milhares de R\$)

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 2.881 mil visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	130	46
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	14	73
Reversão Provisão Para Contingências	13	49
Rendas Juros Cartão de Crédito	1.250	970
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	159	183
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	100	52
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	352	168
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	534	395
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	18	7
Atualização de Depósitos Judiciais	-	1
Rendas De Repasses Delcredere	23	82
Dividendos	549	513
Juros ao Capital Recebido do Sicoob Central ES	28	43
TOTAL	3.170	2.582

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcredere.

19.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	865	1.032
Rendas de Empréstimos	25.000	24.481
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	5.041	4.802
Rendas de Financ.	2.813	2.261
Rendas de Financ. Rurais - Aplicações com Recursos Livres	21	11
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. com Recursos Direc. à vista (obrig.)	386	213
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. com Recursos Direc. da Poup. Rural	310	155
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. com Recursos Direc. de LCA	19	-
Rendas de Financ. Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	-	5
Rendas Financ. Rurais - Aplic. Repassadas e Refinanc.	-	432
Rendas c/ Tit.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	59	211
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.574	1.713
TOTAL	36.088	35.316

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-373	-325
Despesas de Descontos Concedidos	-515	-99
Despesas de Recursos do Proagro	-	-2
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-459	-378
Despesas com Correspondentes Cooperativos	-7	-3
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	-6	-14
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	-4	-8
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	-282	-285
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento	-558	-
Outras Despesas Operacionais	-572	-106
Garantias Financeiras Prestadas	-300	-250
Contingências	-13	-33
TOTAL	-3.089	-1.503

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

20.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas De Captação	-11.535	-15.670
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-831	-1.093
Provisões para operações de crédito	-5.240	-9.972
TOTAL	-17.606	-26.735

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso e repasses contratados.

21. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	2	86
Ganhos de Capital	23	16
Reversão de Provisões não Operacionais	-	55
Outras Rendas não Operacionais	18	32
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-1	-129
(-) Perdas de Capital	-12	-24
(-) Outras Despesas não Operacionais	-1	-4
Resultado Líquido	29	32

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	542	0,11%	3
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	1.029	0,21%	3
TOTAL	1.571	0,33%	6
Montante das Operações Passivas	841	0,46%	

b) Operações ativas e passivas - saldo em 31/12/2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	1	-	0%

Conta Garantida	38	1	1%
Crédito Rural	135	1	1%
Empréstimo	170	2	0%
Títulos Descontados	89	1	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	234	0,37%	0%
Depósitos a Prazo	2.193	1,12%	0,86% a 100% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural - RPL, crédito rural - repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta Garantida	5,97% a.m	5,97% a.m
Desconto de Cheques	1,16% a.m à 3,50% a.m	1,16% a.m à 3,50% a.m
Empréstimos	0,95% a.m. a 7,20% a.m. e CDI+0,24% a.m. a CDI+3,00% a.m.	0,95% a.m. a 7,20% a.m. e CDI+0,24% a.m. a CDI+3,00% a.m.
Crédito Rural - Repasses	2,50% a.a. a 10,50% a.a. +TR	2,50% a.a. a 10,50% a.a. + TR
Renegociação	0,99% a.m. a 4,00% a.m. e CDI + 0,24% a.m. a CDI+3,00% a.m.	0,99% a.m. a 4,00% a.m. e CDI + 0,24% a.m. a CDI+3,00% a.m.
Aplicação Financeira - RDC Longo CDI	0,86% a 100% CDI	0,86% a 100% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	243
Empréstimos e Financiamentos	278

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2018
Honorários e Cédula de Presença	1.163
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	43

23. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-LITORANEA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL- LITORÂNEO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL ES**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL ES** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SUL- LITORÂNEO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL ES** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL ES**:

24. Gerenciamento de Risco

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil - BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR - Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Completa ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados - Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	78.498	69.904
Margem de Compatibilização	52.407	46.210
Índice da Basileia	36,10%	38,35%
Margem de Imobilização	37.650	32.976

27. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interpos. de Rec. Fisc. - Lei 9.703/98	1.041	1.041	1.017	1.017
Para Interpos. de Rec. Trabalhistas	-	-	5	-
Outros	29	8	25	-
TOTAL	1.070	1.049	1.047	1.017

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SUL- LITORÂNEO**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 56 mil.

ALFREDO CHAVES-ES, 18 de janeiro de 2019

Fabricio Soares Damasceno
 Diretor Executivo
 CPF: 813.168.287-00

Luzia Ignez Gallina
 Diretora Operacional
 CPF: 009.745.227-08

Wanderson Vieira da Silveira
 Contador CRC nº 016925/O-0-ES
 CPF: 099.673.817-79

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Litorânea do Espírito Santo - SICOOB SUL LITORANEO

Alfredo Chaves/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Litorânea do Espírito Santo - SICOOB SUL LITORÂNEO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB SUL LITORÂNEO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade,

Relatório de Auditoria

e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 8 de fevereiro de 2019.



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul Litorâneo**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o parecer dos auditores externos – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, datado de 08 de fevereiro de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Alfredo Chaves/ES, 11 de fevereiro de 2019.

Renato Rosetti Conde
Coordenador do Conselho Fiscal

Mateus Leitão Oliozi
Secretário do Conselho Fiscal

Dayan Ribeiro dos Santos
Conselheiro Fiscal Efetivo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:
Fábio Antônio Novaes
VICE-PRESIDENTE:
José Américo Barbosa Barreto
CONSELHEIROS:
Gleyson Caprini
José Carlos Benincá
Luiz Carlos Ferreira Rangel
Osimar Almeida Júnior
Wezeron Rangel Rossi

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS:
Dayan Ribeiro dos Santos
Mateus Leitão Oliozi
Renato Rosetti Conde
SUPLENTE:
Anderson Ludovico Perdigão
Laiza Volponi Paganini Passamani
DIRETORIA
Maria Helena Bona Gracelli
DIRETOR EXECUTIVO:
Fabrício Soares Damasceno
DIRETORA OPERACIONAL:
Luzia Ignêz Gallina

FALCÃO QUER ESCALAR VOCÊ.

PROMOÇÃO #VEMPROTIME

Abra sua conta pelo aplicativo **Faça Parte** com o código **#vemprotime**, e participe do sorteio que vai levar o Falcão pra jogar uma pelada com você, além de concorrer a doze camisas autografadas pelo craque.

Central de Atendimento Sicoob | Atendimento 24h | Capitais e regiões metropolitanas: 4000.1111 | Demais localidades: 0800 642 0000 | Ouvidoria Sicoob | Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h 0800 725 0996
www.ouvidoriasicoob.com.br | Deficientes auditivos ou de fala | Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458 | Demais serviços de atendimento | www.sicoob.com.br
Certificado de Autorização SEAE/MF N° 01.000747/2018. Consulte o regulamento no site www.sicoob.com.br/vemprotime.

SICOOB
Faça parte.